

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA

Rafaela Fabricio Klein

**O DESAMPARO FRENTE A UMA REALIDADE TRAUMÁTICA:
DESAFIOS DA ESCUTA NO CONTEXTO PANDÊMICO**

Porto Alegre

2021

Rafaela Fabricio Klein

**O DESAMPARO FRENTE A UMA REALIDADE TRAUMÁTICA:
DESAFIOS DA ESCUTA NO CONTEXTO PANDÊMICO**

Trabalho de conclusão de curso apresentado com o objetivo de obter aprovação na atividade de ensino **TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO PSICOLOGIA II** pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, curso de graduação Psicologia – Noturno.

Orientadora: Luciane De Conti

Porto Alegre

2021

Agradecimentos

Um percurso intenso como uma graduação em psicologia é impossível de ser percorrido plenamente sem a companhia de outras pessoas. Estes sete anos nos quais estive no curso me oportunizaram inúmeros encontros sem os quais hoje não seria possível estar aqui presentemente, concluindo esta última etapa que se coloca entre a graduação e o início efetivo da prática profissional como psicóloga formada (embora para sempre “em formação”). Desses encontros, sou grata especialmente às amigas que puderam nascer das noites de aulas compartilhadas com a turma da barra 2014/2. À Mariana e à Pietra, agradeço pelo compartilhamento de todas as angústias e alegrias vividas nestes últimos anos, e por um vínculo que se estende em muito para além da sala de aula. À Luiza, agradeço por uma amizade preciosa que já dura uma vida inteira e um companheirismo que não tem preço. À orientadora deste trabalho, Luciane De Conti, agradeço por todo o acolhimento nestes tempos turbulentos e pela habilidade em me guiar nesta última etapa, entendendo meu tempo particular. E por fim agradeço à minha irmã, Marina, e aos meus pais, Maria Denise e Pedro, por todo amparo que me deram ao longo dessa trajetória longa e sinuosa, sem o qual não seria possível estar aqui escrevendo este trabalho e concluindo esta jornada hoje.

Resumo

Este trabalho tem como base minha vivência como estagiária na ênfase de Desenvolvimento Humano na Clínica de Atendimento Psicológico da UFRGS no ano de 2020, mais especificamente como terapeuta em um grupo de atendimento a professoras do ensino básico realizado no contexto da pandemia covid-19. Visto que esta vivência me mobilizou muito, trazendo diversos questionamentos, busquei investigar alguns conceitos que pudessem me auxiliar a entender os desafios surgidos durante este percurso, utilizando como base o referencial teórico psicanalítico. Nesta investigação, o conceito de desamparo se destaca, possibilitando um entendimento melhor da sensação de impotência e angústia que marcou esta vivência, tanto da parte das professoras escutadas quanto de minha parte. Além disso, os conceitos de luto e trauma possibilitaram uma melhor compreensão do tipo de trabalho psíquico que está sendo demandado dos sujeitos neste momento tão difícil e inesperado. Frente a estes desafios, se evidencia a importância de falar e escutar, para que possamos elaborar nossos lutos e utilizar de nossa força criativa para criar narrativas que possibilitem o enlace deste trauma em nossa história.

Palavras-chave: desamparo; trauma; escuta; pandemia; covid-19; psicanálise

Sumário

1. Introdução	6
2. Relato de experiência	8
3. O luto e suas múltiplas faces no mundo pandêmico	11
4. O desamparo como impotência frente à realidade	14
5. O trauma e a necessidade de narrar	19
6. Perante o desamparo, falar e escutar	22
7. Considerações finais	24
8. Referências bibliográficas	26

1. Introdução

No último ano, o mundo foi atingido por uma crise global de proporções sem precedentes. Um novo coronavírus – Sars-Cov-2 – surge na cidade de Wuhan, na China, e se espalha rápida e silenciosamente pelo resto dos países do mundo em questão de poucos meses. No Brasil, em fevereiro de 2020, estávamos fazendo planos, viajando e “pulando carnaval”, sem fazer ideia de que toda aquela liberdade estava com os dias contados. De uma hora para a outra, tudo que tínhamos como “certo” nas nossas vidas nos foi retirado, virado de cabeça para baixo: nossas rotinas, a liberdade de ir e vir, os abraços, os almoços de domingo com a família, os encontros com amigos, os limites entre nossa vida privada e pública, entre outras inúmeras perdas. Ao mesmo tempo fomos tomados pelo medo de uma morte indigna, em uma UTI, sozinhos, sem possibilidade de realizar uma despedida dos seus, e lentamente sufocados por um vírus para o qual até pouco tempo atrás não havia vacina e para o qual até hoje não há cura. Ou até pior que isso – fora de uma UTI, exatamente por não haver vaga para sequer um enfermo a mais dentro dela, deixado à própria sorte para morrer sem receber os cuidados médicos necessários.

O que isso tudo gera é uma profunda melancolia, na qual os dias perdem o sentido. Os marcos que balizam cronologicamente a passagem do tempo – o calendário, os dias festivos e feriados, a troca de estações – vão perdendo a relevância à medida em que temos a sensação de termos entrado num hiato de existência onde o tempo ou se arrasta, ou passa rápido demais, ou nem parece existir. Evidentemente, muitas pessoas não conseguem suportar tal melancolia, e entram num estado mental de negação da realidade, se recusando a seguir as regras de distanciamento social, a usar máscara de maneira correta e a respeitar a necessidade de isolamento. Assim, em vez de aceitarem a nova realidade trazida pela pandemia, seguem se aglomerando, circulando sem máscara e viajando, numa tentativa irracional de manter a normalidade a todo custo, sem se importar com as consequências de sua imprudência.

Isso tudo já seria o suficiente para ter um efeito traumático importante, mas no Brasil a situação que vivemos está em outro nível de gravidade. A crise causada pelo covid-19 não seria tão traumática se não fosse pelo estado de coisas caótico que já vínhamos vivendo no Brasil muito antes, e que se agravou durante a pandemia. Há anos já que as instituições públicas brasileiras, como Sistema Único de Saúde, entre inúmeras outras, são

alvo de uma política de desmonte e precarização, que tem como exemplo a Emenda Constitucional 95, que congelou por 20 anos os gastos em saúde e educação em 2016, ou como na extinção do Ministério do Trabalho em 2019, resultando na retirada de direitos básicos da população. Com a chegada da pandemia esse cenário se agrava, na medida em que o governo federal, que deveria ser o responsável por planejar e executar uma resposta unificada e embasada em dados científicos ao vírus, escolhe ao invés disso promover o caos ao estimular a população a desrespeitar os protocolos de segurança, ao espalhar mentiras sobre tratamentos e vacinas e ao atrapalhar o trabalho de quem está tentando agir para conter o vírus. As consequências disso são as que vemos hoje: hospitais lotados, números altíssimos de mortes pelo coronavírus todos os dias e mais da metade da população brasileira enfrentando um quadro de insegurança alimentar, uma vez que o governo federal também não se responsabilizou pela situação financeira dos brasileiros atingidos pela crise econômica que se instalou no país no último ano.

Diante de tantas perdas, incertezas e medos, era de se esperar que a sociedade brasileira sofresse um duro ataque à sua saúde mental. Mergulhados em uma situação impossível como a que estamos vivendo agora, mais do que nunca precisamos de espaços que nos ajudem a absorver o impacto desse trauma. Previsivelmente, isso resultou em um aumento do número de pessoas que vêm buscando atendimento psicológico nos últimos meses, o que trouxe um aumento significativo para a carga de trabalho de psicólogos pelo Brasil afora; pessoas procuram terapia em busca de alguém que acolha a angústia avassaladora que toma conta nestes tempos sombrios. Porém, há uma questão: de que maneira acolher essa demanda? O trauma que vivemos é coletivo, o que deixa implícito que o profissional realizando o atendimento também está passando pelo mesmo trauma. Embora o sofrimento sempre tome formas diferentes para cada um de nós, estamos vivendo no mesmo contexto gerador de tanta angústia e desesperança.

Foi nesse contexto que, em meu estágio em Desenvolvimento Humano na Clínica de Atendimento Psicológico da UFRGS durante o ano de 2020, atendi um grupo de professoras de ensino médio e fundamental de escolas públicas, que procuraram a instituição em busca de um espaço que acolhesse suas angústias. Assuntos diversos apareciam nas falas delas durante as reuniões, desde questões relacionadas à docência até problemas pessoais, porém sempre atravessados pelas angústias causadas pela pandemia. Ao longo dos meses em que as atendi, várias questões foram surgindo para mim em relação

à escuta dessas professoras: qual é a escuta possível, e qual vai ser o efeito dela, num contexto em que a sociedade como um todo atravessa um momento traumático? O que pode ser movido em uma hora como essa, na qual nos encontramos todos paralisados pelas circunstâncias? Como conduzir essa escuta, sabendo que eu me encontro tão impactada quanto elas pelos efeitos da pandemia? Essas são perguntas que me acompanharam durante o estágio e seguiram me acompanhando após o término dos atendimentos. Não tenho a pretensão de tentar encontrar respostas certas para essas questões, visto que essa seria uma busca infrutífera e infértil; o que busquei realizar neste trabalho foi uma tentativa de elaborar essa vivência de estágio através da escrita, também através da exploração de alguns conceitos – desamparo, luto, trauma, angústia – que possam enriquecer minha compreensão dos fatos, sob a ótica da teoria psicanalítica.

2. Relato de experiência

Discorro aqui sobre minha vivência como estagiária na ênfase de Desenvolvimento Humano na Clínica de Atendimento Psicológico da UFRGS, mais especificamente como participante de um grupo terapêutico que foi oferecido a professoras do ensino básico público durante o período da pandemia covid-19 em 2020. Participei do grupo como terapeuta, conduzindo as discussões do grupo juntamente com meus dois supervisores e um colega do estágio. O grupo, que aconteceu de forma remota pela plataforma Google Meet uma vez por semana e que contou com a participação de cinco professoras, surgiu de uma demanda direta delas, que buscavam um espaço onde pudessem falar das angústias surgidas com as consequências da pandemia nas suas vidas pessoais e profissionais.

Foi uma atividade que despertou em mim afetos contraditórios. Isto porque, por um lado, trabalhar com atendimento em grupo foi algo que não tive a oportunidade de fazer antes de 2020, e era algo que eu desejava vivenciar; mas por outro, diante de tudo que era relatado tive uma sensação de atordoamento, pois percebi que a angústia das professoras que aparecia nas reuniões encontrava eco na minha própria angústia, oriunda do mesmo contexto desamparador que eu e as professoras compartilhávamos - mesmo que as vivências delas e minhas fossem bem diferentes.

Diversos temas, relacionados à esfera pessoal, profissional e política, foram aparecendo nas reuniões do grupo; quer estivessem, quer não estivessem diretamente relacionados à pandemia, inevitavelmente todos eles apareciam atravessados por ela. Para além da escuta da angústia vivida de forma coletiva, relacionada ao contexto atual, que gerava em mim uma sensação de identificação com o desamparo das professoras, também havia a escuta de questões relacionadas à docência, e especificamente à docência no contexto escolar, brasileiro e gaúcho, que por si só já eram desestabilizadoras, com ou sem pandemia. Eram principalmente problemas causados por agentes externos diante dos quais as professoras se encontravam cada dia mais impotentes para ter alguma agência e conquistar alguma mudança. Questões ligadas à crescente desvalorização da profissão, à insegurança financeira causada pelo atraso dos salários, ao processo de precarização e ao desmonte da educação pública, comprometido com interesses capitalistas. Essas professoras participantes do grupo acreditam na potência política da educação pública, e lutam por ela como parte da luta pela valorização do seu trabalho, mas o potencial dessa luta neste momento ter efeitos é tão pequeno que a sensação de desespero é muito intensa. Era muito difícil escutar isso e não se identificar com a impotência das professoras diante dos poderes tirânicos que elas enfrentam.

As questões relacionadas à docência e pandemia, independentemente, já seriam suficientes para fazer dessa uma escuta difícil. Mas como nada existe em uma bolha, existem os efeitos da pandemia na própria docência. Nesse período, as professoras precisaram trabalhar dobrado para dar conta das aulas em modo remoto, enquanto precisavam enfrentar o desinteresse dos próprios alunos que, compreensivelmente, estão na sua maioria desmotivados para acompanhar as aulas. Sem dúvidas, o tema que mais ocupava o grupo era o da exaustão. Havia também a preocupação com aqueles alunos que nem sequer estavam participando das aulas por falta de acesso à internet ou falta de outros recursos materiais, e com quem as professoras não estavam conseguindo contato. Outro tópico frequente era a invasão do seu espaço pessoal quando foram obrigadas a fornecer seu número de telefone pessoal para a comunidade escolar, resultando em situações como alunos e pais mandando mensagens a qualquer hora do dia, mesmo fora do horário de trabalho delas, e reagindo com indignação quando não eram respondidos de forma imediata; isso tudo entre outras coisas mais que vieram para se somarem aos problemas antigos. Para não falar do medo do retorno das aulas antes do fim da pandemia ou da

vacinação, o que neste momento, maio de 2021, é o que mais gera preocupação entre professoras do RS.

Algo marcante nessa escuta foi a sensação de que elas estavam sendo obrigadas a fazer um trabalho que nada tem a ver com aquilo a que se propuseram quando escolheram a pedagogia. Percebe-se um esfarelamento da função do professor, que vai se diluindo, precarizando e se distanciando cada vez mais da função civilizatória e emancipadora da educação, até chegar ao ponto em que ele se torna um mero transmissor de informações previamente definidas por outras pessoas e entidades. A pedagogia assim perde completamente a sua potência transformativa da realidade, quando é justo essa característica da profissão que as fez desejarem ser professoras. Nas palavras de uma delas: “Como que eu vou ensinar meus alunos a botarem fogo no sistema desse jeito?”. O resultado para elas era uma sensação de caos, fim, extinção, eliminação daquilo que elas são e aquilo pelo qual elas trabalham, além da possibilidade de eliminação concreta representada pelo risco de vida que elas correm ao serem obrigadas a voltarem a dar aula presencial sem terem sido vacinadas.

Fazer a escuta disso tudo foi muito desafiador. O psicólogo tem o dever de estar em uma posição empática no seu trabalho, mas também tem a responsabilidade de não estar tão identificado com o paciente a ponto de não conseguir produzir tensionamentos com a fala dele. Porém, no momento que atravessamos agora, estamos todos sujeitos à mesma realidade caótica produzida pela pandemia e pelo contexto político brasileiro atual. Ao escutar as professoras, era um desafio encontrar pontos de deslocamentos possíveis no discurso delas, sabendo que as sensações de desesperança e paralisia relatadas não se tratavam de uma fantasia, e sim da própria realidade. Me sentindo mergulhada no mesmo caos que era trazido semanalmente na fala delas naquelas reuniões, eu me perguntava: de que forma minha escuta poderá ter efeitos produtivos, se me encontro tão desamparada quanto elas? Como será possível ajudar essas mulheres?

3. O luto e suas múltiplas faces no mundo pandêmico

Ao realizar a escuta das professoras, ficou evidente que uma das principais tarefas que elas estavam tendo que empreender era a de processar as tantas perdas que a pandemia trouxe – perdas essas tanto concretas quanto subjetivas, como a perda do ideal de profissão. Em outras palavras, estavam tendo que fazer um trabalho de luto.

Invariavelmente, seria impossível falar sobre a escuta clínica no contexto da pandemia sem abordar a questão do luto. Em “Luto e melancolia”, Freud define luto como “em geral, a reação à perda de uma pessoa amada, ou à perda de abstrações colocadas em seu lugar, tais como pátria, liberdade, um ideal, etc.” (1917/2006, p.103). Toda a libido anteriormente investida no objeto perdido deverá ser redirecionada para outros a partir do momento da perda, porém o que acontece é que o ego resiste a esse processo, permanecendo apegado ao objeto amado perdido como se este ainda existisse. Nesse momento o ego se encontra inibido e desinteressado pelo resto do mundo, que se tornou “pobre e vazio” (Freud, 1917/2006, p.105). Laplanche (1987) afirma que a inibição acontece, pois o ego está ocupado com outra coisa nesse momento, no caso ocupado com o próprio trabalho de luto. O ego nesse caso tem três saídas possíveis para o estado de luto; a primeira, no caso a mais radical, seria perecer junto ao objeto. A segunda consiste na possibilidade de manter o objeto de modo alucinatório ou quase alucinatório, de maneira que o ego rejeita toda possibilidade de se desfazer dele. Na terceira possibilidade, que seria o trabalho de luto bem-sucedido na desinibição do ego, o ego se vê obrigado a ressignificar cada um dos elos e memórias que o vinculavam ao objeto para que a libido ali investida possa ser liberada e reinvestida de outras maneiras, já que o teste de realidade revelou que o objeto amado já não existe mais. Vertzman e Romão-Dias sumarizam luto como “uma forma de sofrimento caracterizada por um rearranjo de nossas relações com o mundo e com nós mesmos diante da subtração de um objeto ao qual estivemos, em parte significativa de nossa existência, ligados” (2020, p. 279). Nisso consiste o trabalho de luto, e é um trabalho que requer grande gasto de tempo e energia para ser realizado. Freud (1917/2006) afirma que esse trabalho é necessário, não constitui uma forma de adoecimento e que não deve ser perturbado, podendo ser até mesmo prejudicial assim o fazer.

O luto não necessariamente é algo vivenciado apenas individualmente, mas pode ser algo vivido no coletivo quando um evento traumático de grandes proporções ocorre. No momento presente a sociedade brasileira enfrenta um intenso processo de luto coletivo, por conta das perdas causadas pela pandemia. Em abril de 2021, a contagem total de mortos no Brasil por Sars-Cov-2 passou de 400 mil pessoas, com uma média móvel de mortes diárias oscilando entre 2 e 3 mil (Cambricoli, 2021). Temos aí o primeiro e mais óbvio exemplo do que Freud fala, o luto concreto por pessoas amadas. Continuando a usar os exemplos de luto citados por ele, também há o luto pela pátria, frente a um governo que trabalha ativamente a favor da disseminação do vírus no território nacional, mergulhando o país no caos (Brum, 2021), e o luto pela liberdade sequestrada pelo coronavírus, já que uma das medidas mais importantes para frear o contágio é justamente o isolamento social; apenas para citar alguns exemplos.

O luto pela realidade pré-pandemia é outro luto importante, e podemos dizer que é um dos mais difíceis, pelo fato de que está implicado em cada instante de cada dia, em tudo que fazemos. Nesse caso, se observa que boa parte da sociedade está presa na segunda possibilidade de reação frente à perda do objeto amado descrita por Freud, quando negam a realidade do vírus e seguem tentando fazer tudo que era possível fazer antes, como reunir-se com amigos e família, recusar-se a usar máscara em público, viajar e frequentar restaurantes, entre outros comportamentos de risco, a despeito dos perigos associados tanto para si quanto para os outros.

Dentro desse campo do luto pela realidade pré-pandemia há um luto que não parece tão óbvio, mas que tem grande importância para o trabalho clínico: o luto dos próprios profissionais psíquicos que tiveram que abandonar do dia para a noite o seu modo de trabalhar e migrar para os atendimentos remotos. Como Vertzman e Romão-Dias (2020) apontam, diferente de uma mudança no *setting* causada por movimentos na própria prática, essa mudança teve uma motivação externa e sem possibilidade de negociação, por isso tem um caráter violento (apesar de obviamente necessário) e que obriga a um repensar a própria técnica às pressas – e não sabemos o que será da prática que vínhamos tendo antes da pandemia quando as coisas “voltarem ao normal”. Durante os atendimentos com o grupo de professoras, houve algumas reuniões em que tive problemas técnicos com conexão de internet e funcionamento do computador que me levaram a não poder participar das

reuniões como planejado, esse aspecto aparentemente de caráter puramente prático acabou por ser fonte de angústia algumas vezes.

E no caso das professoras escutadas nos atendimentos em grupo, que também foram confrontadas pela perda de seu modo de trabalhar e de organização do seu cotidiano profissional e pessoal, mais um luto: aquele pela perda do ideal de profissão que as levou a escolherem a pedagogia, através do afastamento desse ideal causado pela crescente precarização da educação pública, acelerado pelos efeitos da pandemia. Para elas, tem sido necessário fazer um rearranjo deste ideal em torno do tipo de educação possível de ser feita atualmente no contexto brasileiro, principalmente levando em conta todas as dificuldades que a pandemia traz. É importante frisar que esse trabalho de luto já vinha sendo necessário antes do coronavírus chegar em nossas vidas, uma vez que o desmonte da educação pública já vem acontecendo há anos, sendo intensificado no cenário atual.

Considerando esse contexto, a escuta clínica também tem a função de sustentar o trabalho de luto ao prover um espaço onde ele pode acontecer, no qual não será abafado pelas outras demandas urgentes da realidade. As professoras de fato usaram aquele espaço do grupo para tratarem dos seus lutos, tanto os lutos subjetivos, nos quais está incluído o luto pelo seu ideal de profissão e a perda do seu cotidiano profissional anterior à pandemia, mas também lutos concretos de pessoas que perderam durante este período. Realmente, as outras demandas da realidade eram tão dominadoras que parecia que ali no grupo era o único espaço onde elas encontravam voz e continência para falarem sobre a dor de suas perdas sem limitações.

Porém, é necessário apontar que o trabalho do luto não é uma tarefa simples para o sujeito ocidental contemporâneo. Isso porque para as sociedades industrializadas e urbanizadas do mundo ocidental a morte vem há tempos se transformando em algo que deve ser banido da vista, juntamente com os sentimentos que gera. A morte vai sendo circunscrita para dentro do hospital, dos necrotérios (e para as periferias, no caso do Brasil), e não há muita coisa que possa se dizer a respeito dela que não seja em termos científicos, biológicos ou médicos; quanto menos vista e falada for, melhor (Bianco e Costa-Moura, 2020). A questão é que para que um luto seja simbolizado, é necessário que se fale livremente sobre ele, e que se respeitem os rituais que marcam as despedidas de um morto. O que temos hoje é muita gente morrendo em um curto espaço de tempo, fazendo

com que os lutos a serem assimilados se acumulem, a impossibilidade de conduzirmos normalmente os rituais que nos ajudam a simbolizar o vazio que a morte deixa e, no contexto brasileiro, um histórico de anestesiamiento diante da morte trazido por um cotidiano que historicamente já era excessivamente violento. Sendo assim, podemos dizer que o país também está mergulhado em uma crise do luto e dela não sairá tão cedo.

4. O desamparo como impotência frente à realidade

É provável que não haja psicólogo, nesse momento, que não esteja também compartilhando algumas das angústias que seus pacientes trazem nas suas falas, da mesma maneira como compartilhamos alguns dos lutos. Embora em circunstâncias “normais” seja sempre possível que os relatos dos pacientes possuam algo que também esteja fazendo parte de nossa vida naquele momento, isso não costuma acontecer na escala que está acontecendo agora. Se hoje as regras do mundo do paciente mudaram radicalmente da noite para o dia, gerando uma situação para a qual ele não encontra registro no seu psiquismo, no mundo da pessoa que escuta a mesma virada aconteceu. Ainda que a crise do coronavírus atinja de diferentes maneiras pessoas de diferentes classes e marcadores sociais, com a gravidade das consequências da crise estando diretamente relacionada ao privilégio ou desprivilegio de cada pessoa, estamos vivendo o mesmo momento de impotência frente às forças implacáveis da natureza e frente à crueldade humana desimpedida que encontra sua expressão máxima nas ações do (des)governo federal.

Para entender melhor a sensação coletiva de impotência frente à nova realidade criada pela pandemia, cabe explorar o conceito de desamparo da psicanálise. De acordo com Rocha (1999), Freud define desamparo a partir de sua faceta originária: o desamparo do recém-nascido. Segundo Freud (1926[1925]/1976), o ser humano vem ao mundo em um estado menos acabado, diferentemente de outras espécies, o que lhe deixa dependente dos cuidados de uma figura parental por muito tempo após o nascimento, consequência da incapacidade do recém-nascido de dar conta das suas necessidades corporais. Essa situação na qual encontra-se o recém-nascido, completamente incapaz de fazer qualquer coisa por si mesmo, dependendo inteiramente dos cuidados de outra pessoa, é o que Freud chama de

desamparo (*Hilflosigkeit*). Porém, também há o desamparo subjetivo, em relação ao desejo do Outro do qual ele depende, ficando completamente à mercê deste. Para o recém-nascido, a figura materna é quem proporciona a satisfação, mas também pode ser aquela que falha em proporcionar essa satisfação, e é nessa falha que reside o desamparo em relação ao desejo do Outro (Rocha, 1999). É nesse sentido que Freud (1930, *apud* Santos e Fortes, 2011) dirá que o sofrimento causado pelos conflitos nas relações humanas é o mais penoso - e essa tensão entre sujeitos tem as suas raízes justamente no desamparo originário. Assim surge a necessidade humana de ser amado, pois a figura parental que satisfaz suas necessidades vitais de sobrevivência e pode lhe proteger é engrandecida, e é do amor dessa figura que o recém-nascido depende. Essa é a primeira experiência de desamparo que o ser humano vive, e que deixa uma marca que o acompanhará pelo resto de seus dias; toda experiência de desamparo que o sujeito vive ao longo de sua vida remeterá ao desamparo originário constitutivo ao qual ele esteve submetido quando era bebê (Rocha, 1999).

Em “O mal-estar na civilização” (1930[1929]/1974), Freud faz uma reflexão sobre a vulnerabilidade humana frente a todos os males que podem lhe acometer; ou seja, de seu desamparo diante dos perigos da vida. Estes males podem ser resumidos a três grandes tipos: as forças destrutivas da natureza, a fragilidade e decadência do corpo humano e, por fim, os conflitos entre sujeitos, que ele assinala como o mais sofrido dos três. Ele afirma: “a vida, tal como a encontramos, é árdua demais para nós; proporciona-nos muitos sofrimentos, decepções e tarefas impossíveis. A fim de suportá-la, não podemos dispensar as medidas paliativas” (p. 93).

Defronte à angústia causada pelo desamparo, a humanidade cria estratégias para tentar lidar com ele; a religião, por exemplo, é uma dessas estratégias, ou “medidas paliativas”, como Freud as chamou (1930[1929]/1974). Freud afirma que as necessidades religiosas podem ser facilmente remontadas ao desamparo infantil; na religião, há uma figura divina de poder infinito que explica todos os mistérios do mundo, promete compensar os males sofridos nesta vida em uma próxima, e dá sentido à existência, ocupando no psiquismo o mesmo lugar da figura parental que protege o bebê desamparado. Freud nomeia isso de remodelamento delirante da realidade, no qual o sujeito remodela na fantasia aspectos da realidade que lhe sejam insuportáveis e transforma isso em um delírio, fazendo da religião um caso de delírio em massa. No entanto, à medida que a ciência e a tecnologia foram progredindo ao longo da história, o ser humano passou a ter um controle

da natureza quase equiparável ao poder divino, e a figura desse Deus todo-poderoso perde a força na modernidade. Quando isso acontece, o ser humano é jogado mais uma vez na direção do desamparo, incapaz de usar essa figura divina enfraquecida como fonte de consolo.

Além da religião, a própria civilização é algo que o ser humano constrói quando percebe que há vantagens em estabelecer vínculos de cooperação com o outro, a vida em sociedade o tornando menos desamparado diante das forças destrutivas da natureza que ele tanto teme (Freud, 1927/1974). De acordo com Redeker (*apud* Lo Bianco e Costa-Moura, 2020), “toda cultura é, entre outras coisas, uma tentativa de domar a morte” (p. 3). Porém, em “O mal-estar na civilização” (1930[1929]/1974), Freud discorre sobre como a vida em sociedade, que traz ao ser humano tantas vantagens é, por outro lado, ela mesma produtora de mal-estar. Para que a vida em sociedade seja possível, é necessário que cada civilização tenha um conjunto de leis que sirvam para manter a harmonia entre os seus integrantes; os sujeitos têm algo a ganhar quando reprimem sua natureza agressiva e renunciam à liberdade absoluta em troca de usufruir dos progressos tecnológicos e segurança que a vida em coletivo traz. Porém, o instinto agressivo, cruel do ser humano não é tão fácil de ser descartado, e seguirá irrompendo.

A civilização se fortalece à medida que os sujeitos que a compõem conseguem controlar seus impulsos agressivos de maneira adequada; quanto maior o controle desses impulsos, melhor a aderência à lei, mais firme essa sociedade se coloca e mais se usufruem os efeitos dela. Contudo, o que Freud também explica é que o dom humano para a violência busca a todo momento emergir; não existe nada que garanta que o ser humano conseguirá domar sua própria agressividade em nome da manutenção da civilização. Na economia libidinal, a conta não fecha se esse instinto agressivo não é devidamente enfraquecido e extravasado de formas que não representem um risco para o próprio processo civilizatório. É nessa medida que o estabelecimento da própria civilização pode, paradoxalmente, ter um efeito anticivilizatório.

Theodor Adorno, em “Educação após Auschwitz” (2006), afirma em consonância com Freud que a barbárie do holocausto judeu não foi um acidente, uma exceção, mas sim consequência do próprio processo civilizatório, que caminha de mãos dadas com a barbárie ao mesmo tempo que a nega. Cita como exemplo a chamada de “explosão populacional”,

possível graças aos progressos científico-tecnológicos na medicina, mas que vem acompanhada da invenção da bomba atômica, também fruto destes progressos e que tem o poder sem precedentes de aniquilar populações inteiras de uma só vez. Todavia, enquanto Freud se limita a discorrer sobre a explicação por trás dos impulsos destrutivos da humanidade, Adorno vai um passo além, trazendo esse debate para o campo da educação e afirmando: “Qualquer debate acerca de metas educacionais carece de significado e importância frente a essa meta: que Auschwitz não se repita. Ela foi a barbárie contra a qual se dirige toda a educação.” (2006, p. 119). Embora Adorno admita que as causas desta barbárie em muito a extrapolem, defende que a educação deve servir como espaço de resistência frente às ameaças que os impulsos agressivos da humanidade representam para a civilização.

É possível traçar uma ligação desse texto de Adorno com a função que a educação assume no contexto brasileiro atual. De fato, se a educação pode ter a função de oferecer resistência à barbárie, não é em geral essa a função que ela tem assumido no Brasil; atualmente ela tem estado alinhada com o projeto neoliberal, instituído na década de 1980 e trazido para o campo da educação na década de 1990 através de políticas educacionais determinadas por organismos internacionais como o Banco Mundial, e apontado como possível causa da precarização das instituições de educação brasileiras (Libâneo, 2016; Teixeira, 2020). Trazendo isso para o campo clínico, no caso das professoras participantes do grupo, havia uma discrepância entre o desejo que elas tinham de usar seu espaço na sala de aula para promover a cidadania, e a realidade, na qual muitas vezes se viam obrigadas a atuarem apenas como transmissoras de informação para os alunos, sem poder usufruir e trabalhar a favor do potencial transformativo que a escola oferece. Isso aparecia nas reuniões do nosso grupo como mais uma fonte de frustração, um acréscimo importante ao já avassalador sentimento de impotência diante da realidade atual, e que se agravou com a transição para o ensino remoto.

Evidentemente, a vivência do desamparo mostrou-se com muita frequência no discurso das professoras nas reuniões do grupo. De fato, era esse o afeto que dominava as falas delas, e que produzia em mim uma sensação intensa de desesperança. Não é à toa que isso acontecia; seria difícil ficar indiferente aos relatos de insegurança financeira causada pelo parcelamento de salários já muito baixos, somados com o autoritarismo de um governo estadual que se recusa a dialogar com a categoria mesmo em caso de greve, para

não falar no desamparo produzido no campo macrosocial pela conjunção da pandemia com a necropolítica. Exaustas e com os recursos já conhecidos para lutar contra as circunstâncias esgotados, elas se encontravam verdadeiramente desamparadas. Entendi que nesses momentos meu papel como terapeuta no grupo era de acolher esse desamparo sem ceder a ele, mas era um equilíbrio delicado: como produzir tensionamentos para impedir que esse desespero cravasse as unhas de vez nelas sem acabar por silenciar a angústia que se apresentava naquele grupo?

Nesse sentido que foi um desafio escutar esta angústia que vinha à tona na fala do grupo, acompanhada do desamparo e que por vezes ameaçava dominar o discurso das professoras, as paralisando e, por que não, também me paralisando. Freud (1926[1925]/1976) define angústia como uma reação à um estado de perigo, potencial ou concreto, e que tem sua forma originária na angústia que irrompe no ato do nascimento, que seria a primeira situação de perigo enfrentada pelo sujeito na sua história. Toda vez que o sujeito se vê confrontado novamente por uma situação de perigo, seja ele real ou fantasioso, repetirá a experiência da angústia originária, consequência do desamparo primordial no momento do nascimento. Essa angústia é a mesma angústia sentida diante da morte, da não-existência e do infinito, conceitos para os quais o psiquismo humano não consegue encontrar representação, sendo ela parte integral da condição existencial do ser humano (Rocha, 1999). Jorge, Mello e Nunes afirmam que a angústia é um afeto similar ao medo, porém inespecífico: “é um aperto no peito, um sufocamento, uma sensação corporal indefinida e impossível de ser nomeada. Resta falar para dar limites a esse buraco que arrisca tragar o sujeito” (2020, p. 586). Afirmam que no caso do medo na pandemia, o medo do vírus é quase indistinguível da angústia, pois o objeto que se teme é invisível e, assim, passa a estar potencialmente em todo lugar: “a invisibilidade do vírus esvanece o objeto que se teme e ao mesmo tempo o torna onipresente, produzindo o sufocamento característico da angústia” (Jorge, Mello e Nunes, 2020, p. 586). Assim, parte da angústia que se mostrava nas professoras na verdade não se tratava de outra coisa que não o medo do vírus, medo esse que naturalmente eu sentia também.

Porém, é importante notar que a presença da angústia no tratamento não é algo ruim, uma vez que ao irromper, ela marca a aproximação de um espaço no psiquismo que permanece sem ter sido devidamente simbolizado, balizando a prática clínica, e possibilitando que o analista perceba até onde o paciente é capaz de suportar esse vazio, a

depende de sua intensidade. A angústia que serve para advertir o sujeito da aproximação de um perigo desamparador também serve para mostrar para o analista que o paciente chegou perto de algum buraco na sua história. A angústia assinala a existência de um espaço onde será possível produzir alguma narrativa, onde um novo poderá emergir, considerando que esse é o objetivo de todo tratamento (Fuks, 2001). Sem que a angústia irrompa em algum momento marcando esses espaços vazios de palavras, o analista se move às cegas na prática clínica.

Considerando esse cenário, é de se esperar que a escuta seja influenciada por esses afetos – desamparo, luto, angústia – que atingem os pacientes assim como atingem os profissionais. Quanto a isso, Vertzman e Romão-Dias apontam: “[...] hoje estamos sobrecarregados por nossos lutos e por nossa hiper-realidade. Mais do que nunca precisamos cuidar da nossa higiene particular, atendendo à segunda regra fundamental defendida por Ferenczi, isto é, a da análise pessoal do analista” (2020, p. 282). Ou seja, em um momento tão pesado como esse, há a necessidade de cada profissional atentar também à sua própria saúde mental para poder realizar a escuta de maneira satisfatória.

5. O trauma e a necessidade de narrar

A dimensão traumatizante da realidade atual é algo que estava na base dos temas tratados nas reuniões com as professoras e merece ser mais bem explorada nessa escrita também. A sociedade brasileira tem um extenso histórico de traumas coletivos não elaborados. Começando pelo genocídio indígena, passando pela escravidão e mais recentemente a ditadura militar, a história do Brasil é repleta de violências em grande escala que deixaram marcas profundas até hoje, não apenas pelo seu horror intrínseco, mas também por terem sido silenciadas, em vista disso, não terem sido devidamente simbolizadas, ficando invisibilizadas. Uma das heranças possíveis que esse trauma deixa é a repetição disso através da violência que faz parte do cotidiano no Brasil, na forma de violência policial, urbana, contra negros, indígenas, mulheres e LGBTs, no trânsito, entre suas incontáveis outras facetas. Essa repetição é explicada por Penna utilizando o conceito de “inconsciente social”, no qual o trauma se presentifica de maneira coletiva, “dando

origem a ciclos de repetição de conflitos e ódios ancestrais” (2015, p. 19) A tragédia do coronavírus e a forma como tem sido tratada em nosso país, longe de ser algo inédito, é mais um trauma a ser adicionado a essa lista de tragédias brasileiras.

Os esforços para conter o contágio na pandemia covid-19 têm sido frequentemente referidos como esforços de guerra; a única peculiaridade é que nesta guerra o inimigo é invisível e, portanto, onipresente. Potencialmente, ele pode estar em qualquer canto: no elevador do prédio, nas compras do supermercado, no caixa da farmácia; está em todo lugar e em nenhum lugar, gerando uma situação que é tanto profundamente angustiante quanto enganosamente normal. Para profissionais da saúde que trabalham na “linha de frente” no “combate” contra o vírus, a atual realidade caótica dos hospitais e a quantidade de pacientes ceifados pelo vírus todos os dias, somado com o medo de contraírem a doença e tornarem-se mais uma vítima, de fato faz o cenário se assemelhar ao horror do campo de batalha. Nesse caso, o trauma vivido remete àquele vivido na guerra.

Para a psicanálise, o trauma acontece quando há um “afluxo pulsional excessivo, sobrepondo-se à capacidade do psiquismo de ligá-lo e elaborá-lo” (Maldonado e Cardoso, 2009), impedindo que o acontecimento traumático seja simbolizado. Ou seja, vivências de afetos tão intensos que transbordam a capacidade de assimilação do aparelho psíquico. O traumático é caracterizado por uma literalidade; pelo seu excesso, o psiquismo se vê impedido de representar o acontecimento traumático através de metáforas, marcando-o na memória de maneira literal, sem simbolizá-lo (Maldonado e Cardoso, 2009).

Seligmann-Silva afirma que “o trauma é caracterizado pela memória de um passado que não passa” (2008, p. 69). Pela sua impossibilidade de historicização, o trauma permanece como marca no presente, como algo que não se representa, mas se apresenta. Permanecendo sem registro simbólico, o acontecimento traumático se faz aparecer repetidamente através de atos e manifestações corporais, obedecendo à compulsão à repetição e situado além do princípio do prazer. É o próprio caráter mortífero do trauma que insiste em se apresentar e resiste à simbolização (Maldonado e Cardoso, 2009).

Os fatos que compõem a memória nunca são realmente fatos, e sim a impressão que se guardou deles; ou seja, a narrativa que se faz sobre os acontecimentos, localizado no registro simbólico. Na análise, não existe uma “verdade” a ser desvelada, um acontecimento original a ser revelado; apenas a narrativa criada a partir dele. Freud (1918,

apud Maldonado e Cardoso, 2009) reconhece isso ao substituir a importância da “verdade histórica” pela verdade narrativa – não importa mais o que o sujeito de fato viveu, mas sim como isso foi representado no seu psiquismo. Nesse sentido, o traumático não consegue ser inscrito na memória pois não é transformado em narrativa, no melhor dos casos sendo apenas descrito pelo sujeito de maneira literal (Maldonado e Cardoso, 2009). Como exemplo, temos o que Walter Benjamin escreve sobre os soldados que voltavam do front durante a Primeira Guerra Mundial: “Na época, já se podia notar que os combatentes tinham voltado silenciosos do campo de batalha. Mais pobres em experiências comunicáveis, e não mais ricos” (1933, *apud* Maldonado e Cardoso, 2009, p. 47).

Considerando os múltiplos acontecimentos históricos da ordem do profundamente traumático que caracterizam a história mundial a partir do século XX, a “literatura do testemunho” é um gênero literário que surge após a Segunda Guerra Mundial como uma tentativa de parte dos sobreviventes dos campos de concentração de processar no seu psiquismo os horrores que viveram durante os anos do Holocausto, através da narração da vivência traumática, tendo como exemplo mais conhecido a obra do químico italiano Primo Levi. Posteriormente, esse gênero também abará narrativas feitas por quem viveu outros acontecimentos históricos traumáticos (Homercher e Jensen, 2020). Na literatura do testemunho, o que está em jogo não é a verdade histórica dos fatos, mas a verdade subjetiva de quem narra, tecendo uma ficção com aquilo que viveu e que ainda não foi devidamente inscrito na sua memória, sem haver uma intenção necessariamente documental. Como o real do trauma não é acessível, pois não é simbolizável, o que resta ao sujeito é tecer uma fantasia, como um filme “baseado em fatos reais”. Seligmann-Silva cita a imaginação como um meio para enfrentar o “buraco negro do real do trauma” (2008, p. 70); através da imaginação, o psiquismo consegue criar uma narrativa para cobrir boa parte desse buraco.

Na clínica do testemunho, a exemplo do que acontece na literatura do testemunho, há uma tentativa de historicizar o acontecimento traumático ao incorporá-lo em uma narrativa - porém no caso da clínica isso acontece no espaço compartilhado da transferência. Assim como na literatura do testemunho, não há preocupação com a verdade histórica dos fatos; afinal, para a psicanálise, testemunhar sobre a verdade não implica ser dono dela. A própria tarefa de criar uma narrativa para a “verdade” é estar em busca da mesma, que apesar disso continua sempre a escapar fora do alcance do narrador (Felman, 2000).

Muito embora sejam situações, contextos e épocas diferentes, não havendo sentido algum em fazer comparações, é possível traçar paralelos entre o trauma na crise do coronavírus e as consequências da guerra e do Holocausto, pois ambos se encontram na ordem de uma realidade excessiva que desafia a capacidade de representação do psiquismo, apesar de serem excessos de grandeza e caráter muito diferentes. Nesse sentido, pode se dizer que houve um aspecto “testemunhal” nas reuniões realizadas com as professoras. Entre tudo aquilo que era relatado, somando-se questões relativas à pandemia, à docência e outros assuntos pessoais, a sensação é que encontrava-se sempre na ordem de um excesso, que já estivesse extrapolando há muito tempo a capacidade humana de aguentar determinadas situações, a ponto que às vezes eu chegava a me perguntar, incrédula: “como que esta pessoa na minha frente ainda está de pé?”. Mas elas chegavam na reunião, falavam dos seus problemas e parece que algo ali no mero “falar para alguém que escuta” operava alguma mudança nelas.

6. Perante o desamparo, falar e escutar

Embora as falas das professoras nas reuniões estivessem tomadas (justificadamente) pelo medo e desesperança, para não falar de cansaço, havia momentos em que algo se produzia para além disso. Momentos nos quais elas conseguiam falar de seus planos para o futuro, ou quando haviam encontrado uma solução para um problema antigo, serviam para mostrar que algo se movia nelas apesar do sentimento de desesperança (e porque não dizer – algo se movia em mim também). Afirmavam que o próprio ato de falar livremente com pessoas que compartilham os mesmos sofrimentos que elas mesmas, já servia como uma espécie de catarse, que entendo ser a catarse da narrativa. De acordo com Santos e Fortes (2011), o desamparo está correlacionado com a solidão e o sentimento de vulnerabilidade, uma vez que o sujeito não consegue encontrar sozinho uma saída para um problema que se apresenta. É nesse sentido que o desamparo abre para a alteridade, considerando que nesse caso o que resta ao sujeito é lançar um pedido de ajuda em direção ao outro – se esse pedido vai ser bem-sucedido ou não, não vem ao caso, o efeito principal é que o sujeito pode romper com a paralisia ao fazer isso. A atitude das professoras reflete isso: diante de uma situação impossível, na qual elas se viam sozinhas, ativamente

buscaram um espaço onde pudessem ser acolhidas. O fato de que elas conseguiram reconhecer a sua necessidade de acolhimento e ativamente buscaram isso demonstra que já havia uma disposição para a produção de novos sentidos.

Retorno ao tema do desamparo aqui com a intenção de retomar que de fato somos muito pequenos e frágeis diante das forças da natureza e das forças pulsionais que nos dominam; nos sentimos impotentes diante do caos que vivemos não é à toa. Mas embora estejamos todos, sem exceção, desamparados diante dos caprichos da natureza e do destino, não estamos totalmente entregues a eles. A potência humana se revela no uso da criatividade e imaginação que nos permite escapar da imperatividade da condição humana. De acordo com Santos e Fortes, “aceitando a condição fundamental do desamparo, o homem luta a fim de encontrar saídas para as situações que se apresentam sem o concurso de sua vontade, e também para dar conta de eventualidades criadas pela sua incapacidade de resolver os problemas diante dos quais ele tem que se posicionar no decurso de sua existência. Assumir essa luta é o desafio de todos nós, seres humanos, que, juntamente com a tarefa da existência, recebemos também a responsabilidade de lhe dar um sentido” (2011, p. 764).

Um paciente que procura tratamento psicológico parte de uma condição de desamparo que o faz lançar um pedido de ajuda em direção ao outro; mas o terapeuta que vem lhe escutar também parte de uma condição de desamparo, uma vez que ele mesmo não tem respostas para o mistério existencial humano e não tem garantias de que rumo tomará o tratamento. Isso é algo que vivi atendendo o grupo de professoras, mas percebo que também é o que vivi atendendo cada um dos pacientes que acolhi ao longo de minha trajetória no curso de psicologia.

Diante das perguntas que fiz a mim mesma no início deste trabalho – que efeitos tem uma escuta nesse contexto que vivemos, e que trabalho posso fazer estando tão afetada pelo contexto quanto as pessoas que estou acolhendo – posso tomar como esboço de resposta a importância que a função da narrativa assume em cada uma das temáticas abordadas nesse texto: luto, trauma, angústia, desamparo. Confrontado por algo maior e mais forte do que si mesmo, resta ao sujeito falar para não deixar ser engolido pela coisa, dominá-la através da fala para poder inscrever o trauma, a angústia, um luto, no seu campo simbólico, na sua história. Tarefa que não é fácil ou simples, mas é necessária.

Não está no poder do analista ou terapeuta mudar as condições concretas da vida do paciente, e muitas vezes o paciente também não vai ter como mudar essas condições – isso também é o próprio desamparo. Como vimos, até mesmo quando o ser humano constrói algo complexo e poderoso como a civilização ou a ciência ele não consegue fugir da sua condição fundamental que é a de fragilidade frente à natureza, ao outro e a si próprio. Mas criar uma narrativa de si sempre será algo necessário, não importando o contexto, por mais que seja quase impossível fazer essa narrativa, como é o caso de pessoas que passaram por traumas massivos. O trauma pode lançar o sujeito em uma situação de profundo desamparo diante de seu horror, mas a imaginação deve vir a serviço do simbólico para que o sujeito não fique completamente entregue ao real do trauma e possa tecer uma narrativa que recubra esse buraco. É nisto que reside a tarefa do analista: ajudar o sujeito a mobilizar palavras para tecer narrativas, e também sem deixar que as narrativas cristalizem. Conforme Macedo e Falcão (2005), é no encontro entre analista e paciente que reside o potencial transformativo de uma análise; a tarefa do analista é não apenas a de recuperar uma história, mas também possibilitar a construção de simbolizações através da fala do paciente. O potencial no atendimento do grupo de professoras também residia no encontro entre as participantes e os terapeutas - sem falar do encontro entre elas mesmas - que possibilitava a tessitura de narrativas coletivas em torno de vivências traumáticas e alguém a quem endereçá-las.

7. Considerações finais

O sentimento de desamparo, que nos acompanha desde o nascimento, se atualiza no contexto da pandemia do coronavírus, se apresentando como a sensação de impotência diante do vírus e também diante do caos político-social que o Brasil vive neste momento. Isso adquire um potencial traumático na medida em que as consequências da pandemia e do contexto político-social – que se expressam principalmente através das perdas que temos sofrido, ou seja, do luto – se transformam em uma carga pulsional excessiva que o psiquismo não dá conta de simbolizar normalmente. Assim temos o trauma, uma ferida no tecido simbólico que requer um trabalho intenso para ser devidamente coberta. Frente a uma realidade excessiva e traumatizante, o que podemos fazer para não estarmos à mercê

do desamparo é usar a força criativa própria do ser humano para tecer narrativas que deem conta de cicatrizar essa ferida, por mais que o trauma resista a ser transformado em metáfora. Para isso, há apenas uma maneira – que haja alguém que fale (narre) e alguém que escute (testemunhe a narrativa). Que foi o que tentamos (e talvez conseguimos) fazer nos atendimentos do grupo de professoras, a despeito de todas as dificuldades que se apresentaram.

Tendo em vista tudo que foi abordado nesta escrita, fica evidente que a sociedade está passando por um momento de duro trabalho psíquico para conseguir absorver todas as mudanças e perdas causadas pelo surgimento do coronavírus nas nossas vidas. Essa crise, para a qual não podemos ainda vislumbrar um fim no horizonte, deixará marcas significativas na história de cada um de nós. Assim como outros grandes traumas ainda sem desfecho simbólico para a população brasileira, como o genocídio indígena, a escravidão e a ditadura militar, teremos que lidar por muito tempo com as consequências do coronavírus, e que natureza de consequências serão essas, tanto a nível individual quanto coletivo, também não temos como saber hoje, pois a história traça caminhos imprevisíveis; sabemos apenas que serão graves.

É um desafio construir um trabalho usando como base uma vivência traumática que se encontra em curso, e não em um momento do passado ou referente a outras pessoas. Sendo assim, o próprio trabalho de escrita consiste também em um trabalho de elaboração de uma realidade ameaçadora e excessiva que o tempo todo exige que nosso aparelho psíquico se coloque em movimento para não sucumbir a ela. Mais do que realizando uma exploração de conceitos teóricos, também me percebo fazendo esforço ao escrever este trabalho para assimilar uma vivência de estágio ocorrida em meio a um contexto caótico, traumatizante e desamparador. Assim como tive a tarefa de trabalhar junto ao grupo de professoras possibilitando que elas narrassem aquilo que lhes afetava e buscassem maneiras de resistir aos tempos duros que vivemos, aqui neste trabalho também faço a minha narrativa, buscando dar sentido a essa vivência ocorrida em uma época tão desamparadora e imprevisível.

8. Referências bibliográficas

- Adorno, Theodor L. W. (2006). *Educação e emancipação*. Paz e Terra.
- Bianco, Anna Carolina Lo, & Costa-Moura, Fernanda (2020). Covid-19: Luto, Morte e a Sustentação do Laço Social. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 40.
- Birman, Joel (2005). O mal-estar na modernidade e a psicanálise: a psicanálise à prova do social. *PHYSIS: Revista de Saúde Coletiva*, 15(Suplemento), 203-224.
- Brum, Eliane (2021, 21 Janeiro). *Pesquisa revela que Bolsonaro executou uma “estratégia institucional de propagação do coronavírus”*. Edição Brasil no EL PAÍS. Acesso 16 abril, 2021, em <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-01-21/pesquisa-revela-que-bolsonaro-executou-uma-estrategia-institucional-de-propagacao-do-virus.html>
- Cambricoli, Fabiana (2021, 29 Abril). Brasil chega a 400 mil mortos por covid-19 com risco de terceira onda à vista. *O Estado de São Paulo*.
<https://saude.estadao.com.br/noticias/geral,brasil-bate-400-mil-mortos-por-covid-19-com-risco-de-terceira-onda-a-vista,70003698061>
- Felman, Shoshana (2000). Educação e crise, ou as vicissitudes do ensino. *Catástrofe e representação*. Escuta, 13-71.
- Freud, Sigmund, (1974). O mal-estar na civilização (1930[1929]). *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, Volume XXI (1927-1931)*. Imago.
- _____, (1974). O futuro de uma ilusão (1927). *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, Volume XXI (1927-1931)*. Imago.
- _____, (1976). Inibições, sintomas e ansiedade (1926[1925]). *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, Volume XX (1925-1926)*. Imago.
- _____, (2006). Luto e melancolia (1917). *Escritos sobre a psicologia do inconsciente, volume II: 1915-1920*. Imago.
- Fuks, Betty Bernardo (2001). Notas sobre o conceito de angústia. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 1(1), 1-9.
- Homercher, Bibiana Massem, & Iensen, Silvio Augusto Lopes (2020). Do traumático ao viver criativo. *Cadernos de Psicanálise (CPRJ)*, 42(42), 13-36.
- Jorge, Marco Antonio Coutinho, Mello, Denise Maurano, & Nunes, Macla Ribeiro. (2020). Medo, perplexidade, negacionismo, aturdimiento - e luto: afetos do sujeito da pandemia. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 23(3), 583-596.
- Laplanche, Jean. (1987). *Problemáticas I - A angústia*. Martins Fontes.

Libâneo, José Carlos. (2016). Políticas educacionais no Brasil: desfiguramento da escola e do conhecimento escolar. *Cadernos de Pesquisa*, 46(159), 38-62.

Macedo, Mônica Medeiros Kother, & Falcão, Carolina Neumann de Barros (2005). A escuta na psicanálise e a psicanálise da escuta. *Psychê*, 9(15), 65-76.

Maldonado, Gabriela, & Cardoso, Marta Rezende (2009). O trauma psíquico e o paradoxo das narrativas impossíveis, mas necessárias. *Psicologia clínica*, 21(1), 45-57.

Penna, Carla (2015). Investigações psicanalíticas sobre o luto coletivo. *Cadernos de Psicanálise (CPRJ)*, 37(33), 9-30.

Rocha, Zeferino (1999). Desamparo e metapsicologia: para situar o conceito de desamparo no contexto da metapsicologia freudiana. *Síntese - Revista de Filosofia*, 26(86), 331-346.

Santos, Natália De Toni Guimarães dos, & Fortes, Isabel (2011). Desamparo e alteridade: o sujeito e a dupla face do outro. *Psicologia USP*, 22(4), 747-770.

Seligmann-Silva, Márcio (2008). Narrar o trauma: a questão dos testemunhos de catástrofes históricas. *Psicologia clínica*, 20(1), 65-82.

Teixeira, Anelise Lusser (2020). Educação, saúde mental e pandemia: algumas considerações. *Fraturas expostas pela pandemia: escritos e experiências em educação*. Encontrografia, 201-217.

Verztman, Julio, & Romão-Dias, Daniela (2020). Catástrofe, luto e esperança: o trabalho psicanalítico na pandemia de COVID-19. *Revista latinoamericana de psicopatologia fundamental*, 23(2), 269-290.